



# Governo do Estado do Amapá

## Secretaria de Estado de Administração

### Concurso Público para Fiscal da Receita Estadual

## Fiscal da Receita Estadual – 2º Dia

# Caderno de questões objetivas – Tipo 1

### Instruções:

- Você receberá do fiscal o seguinte material:
  - a) uma folha destinada às respostas das questões formuladas na prova;
  - b) um caderno com as oitenta questões objetivas, sem repetição ou falha.
- **Verifique se seu nome e número de inscrição são os que aparecem na folha de respostas; caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.**
- Ao receber a folha de respostas é obrigação do candidato:
  - a) ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas;
  - b) conferir seu nome e número de inscrição;
  - c) assinar a folha de respostas, no espaço reservado, com caneta esferográfica transparente azul ou preta;
- As questões são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.
- Durante a aplicação da prova o ISAE/FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos.
- Não será permitida a troca da folha de respostas.
- O tempo disponível para esta prova será de **quatro horas**.
- Reserve os vinte minutos finais para marcar a folha de respostas.
- Somente após decorridas duas horas do início da prova, o candidato poderá entregar seu Caderno de Questões, sua Folha de Respostas e retirar-se da sala de prova.
- O candidato só poderá levar consigo este caderno quando faltarem trinta minutos para o término da prova.
- Quando terminar, entregue a folha de respostas ao fiscal.
- O rascunho no caderno de questões **não** será levado em consideração para fins de avaliação.

ISAE

Instituto Superior  
de Administração  
e Economia



FUNDAÇÃO  
GETULIO VARGAS



**DIREITO COMERCIAL****1**

Nos termos do Código Civil brasileiro, consideram-se empresárias:

- (A) todas as sociedades que têm finalidade lucrativa, independente da atividade desenvolvida.
- (B) as associações.
- (C) as cooperativas.
- (D) as sociedades por ações, independente da atividade desenvolvida.
- (E) as sociedades limitadas, independente da atividade desenvolvida.

**2**

Assinale a alternativa que indique o documento societário no qual é sempre possível ter conhecimento de quem são os sócios de uma sociedade limitada.

- (A) Acordo de acionistas.
- (B) Contrato social.
- (C) Ata de reunião da diretoria.
- (D) Ata de reunião do Conselho e Administração.
- (E) Esta é uma informação sigilosa e não aparece em nenhum documento societário.

**3**

A respeito do direito dos sócios ao dividendo, é correto afirmar que:

- (A) é lícito o contrato social excluir um ou alguns sócios da participação dos dividendos.
- (B) nas sociedades por ações, é vedada a previsão estatutária que estabelece percentuais diferentes na participação dos dividendos para os acionistas.
- (C) é lícita a distribuição de dividendos aos sócios em exercício no qual a sociedade tenha apresentado resultados negativos, isto é, ausência de lucros.
- (D) nas sociedades por ações, é obrigatória a distribuição de dividendos de, no mínimo, 25% do lucro líquido, calculados nos termos da lei acionária, podendo, no entanto, o estatuto social dispor outro percentual.
- (E) tanto nas sociedades limitadas quanto nas sociedades por ações, o dividendo legal mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, não podendo o contrato ou o estatuto social, respectivamente, dispor em contrário.

**4**

Bella Vista Aço Ltda. (Bella Vista) tem como sócios Pedro, titular de 99% das quotas, e Paulo, titular do 1% restante.

Antônio era o único administrador da Bella Vista, nomeado no próprio contrato social. Em 13 de dezembro de 2009, Antônio renuncia ao seu cargo de administrador, mediante o envio de carta escrita aos sócios, entregue pessoalmente nesta data.

Os sócios, no entanto, providenciaram a alteração do contrato social, contendo a eleição de novo administrador e a renúncia de Antônio, e o respectivo registro na Junta Comercial competente, apenas em 13 de fevereiro de 2010.

Considerando os fatos expostos e nos termos do disposto no Código Civil, é correto afirmar que a renúncia de Antônio ao cargo de administrador:

- (A) tem efeitos para terceiros desde o dia 13 de dezembro de 2009.
- (B) tem efeitos perante a sociedade e perante terceiros desde 13 de dezembro de 2009.
- (C) tem efeitos perante a sociedade, desde o dia 13 de dezembro de 2009, e perante terceiros apenas após a averbação e publicação prevista em lei.
- (D) tem efeitos apenas perante os sócios desde o dia 13 de dezembro de 2009.
- (E) não tem validade antes da averbação e publicação no registro competente.

**5**

A respeito dos contratos de arrendamento mercantil (*leasing*) é correto afirmar que:

- (A) ainda que haja cláusula resolutiva expressa no instrumento contratual, é necessária a notificação prévia do arrendatário para constituir-lo em mora.
- (B) a previsão de cláusula resolutiva expressa no instrumento contratual exclui a necessidade de notificação do arrendatário para constituir-lo em mora.
- (C) é nula de pleno direito a cláusula resolutiva expressa.
- (D) a cláusula que determina a obrigatoriedade da compra do bem pelo arrendatário ao final do prazo contratual é essencial para configurar contrato como de arrendamento mercantil.
- (E) apenas pessoas jurídicas podem figurar como partes neste tipo contratual.

**6**

A respeito do *instituto do aval*, é correto afirmar que:

- (A) é o instituto jurídico que possibilita a garantia pessoal nos contratos empresariais.
- (B) o avalista que paga o valor determinado no título tem direito de regresso contra o devedor principal.
- (C) o avalista pode garantir apenas parte da obrigação estabelecida no título de crédito.
- (D) a responsabilidade do avalista é subsidiária em relação ao devedor principal.
- (E) é dado em instrumento contratual apartado do título de crédito a que se refere.

**7**

A respeito da *duplicata*, considere as afirmativas a seguir:

- I. O protesto da duplicata pode ser motivado pela falta de pagamento e pela falta de aceite.
- II. Duplicata é um título causal e somente pode ser emitida com causa em contrato de compra e venda mercantil ou de prestação de serviços.
- III. Comprovada a prestação de serviços, a duplicata não aceita, mas protestada, é título hábil para instruir pedido de falência.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II está correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**8**

Adalberto adquiriu uma máquina de lavar roupa pela Internet da empresa Linha Branca S.A.. Após receber a mercadoria na sua residência, Adalberto constatou que tinha outras expectativas em relação ao produto adquirido.

Considerando a disciplina jurídica das relações de consumo, assinale a alternativa que indique a providência que Adalberto pode tomar.

- (A) Nenhuma, pois a legislação brasileira quanto às relações de consumo veda o direito de arrependimento.
- (B) No prazo de 07 dias do recebimento da máquina de lavar roupa, Adalberto pode desistir da compra e receber o valor pago.
- (C) No prazo de 07 dias do recebimento da máquina de lavar roupa, Adalberto pode desistir da compra e terá direito, obrigatoriamente, a escolher outra mercadoria da empresa Linha Branca S.A..
- (D) Adalberto tem 30 dias para pensar sobre a sua compra e procurar a empresa para receber a devolução do dinheiro ou outra mercadoria.
- (E) A situação deverá ser negociada entre Adalberto e a empresa Linha Branca, pois o Código de Defesa do Consumidor não traz nenhuma disciplina específica para esta situação.

## 9

As obrigações do falido extinguem-se quando:

- (A) a sentença encerra o procedimento falimentar.
- (B) o juiz homologa as contas do administrador judicial.
- (C) o falido paga mais de 50% dos créditos quirografários, depois de realizado todo o seu ativo.
- (D) após a manifestação do Ministério Público no sentido da extinção das obrigações.
- (E) dois anos após o encerramento da falência.

## 10

A respeito da *disciplina jurídica falimentar* no Brasil, é correto afirmar que:

- (A) a Lei 11.101/2005, que disciplina a falência, aplica-se a todos aqueles que desenvolvem atividade econômica.
- (B) é competente para decretar a falência necessariamente o juízo do local da sede da empresa.
- (C) todos os sócios ou acionistas da sociedade falida ficam inabilitados para exercer qualquer atividade empresarial desde a decretação de falência até a sentença de extinção de suas obrigações.
- (D) o falido não pode se ausentar do lugar onde se processa a falência sem motivo justo e comunicação expressa ao juiz, bem como deve constituir procurador.
- (E) com a decretação de falência, o juízo universal passa a ser competente para julgar as execuções de natureza fiscal do falido.

## PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

### 11

A respeito das nulidades no processo administrativo fiscal, de acordo com o Decreto n.70.235/72, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) São nulos os atos e termos lavrados por pessoa incompetente.
- (B) A nulidade de qualquer ato prejudica todos os posteriores que dele diretamente dependam ou não.
- (C) São nulos os despachos e decisões proferidos por autoridade incompetente ou com preterição do direito de defesa.
- (D) A nulidade será declarada pela autoridade competente para praticar o ato ou julgar a sua legitimidade.
- (E) Quando puder decidir do mérito a favor do sujeito passivo a quem aproveitaria a declaração de nulidade, a autoridade julgadora não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta.

### 12

Analisar as afirmativas a seguir:

- I. A consulta fiscal tem como fundamento de validade o direito de petição insculpido no artigo 5º, inciso XXXIV, da Constituição Federal, razão pela qual é correta a afirmação de que qualquer pessoa, física ou jurídica, goza de legitimidade para sua formulação perante os órgãos da administração fazendária, independente de sua sujeição aos termos de uma dada norma tributária.
- II. Em atendimento ao princípio do formalismo moderado a petição de consulta poderá ser apresentada por escrito ou oralmente, para posterior redução a termo, no domicílio tributário do consultante, ao órgão da entidade incumbida de administrar o tributo sobre que versa.
- III. Do momento do protocolo da consulta até sua decisão final o fisco possui a faculdade de instaurar procedimento de fiscalização e promover o lançamento de ofício necessário a prevenir a decadência relativa à espécie tributária consultada.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e III estão corretas.
- (C) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (D) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (E) se somente a afirmativa II estiver correta.

## 13

Em relação à dívida ativa, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, exceção feita à hipótese de terem sido reservados, pelo devedor, bens ou rendas suficientes ao total pagamento do débito.
- (B) A ação para cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados de sua constituição definitiva, assim entendido como a data de sua inscrição em dívida ativa.
- (C) Não é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informações relativas a inscrições em dívida ativa da Fazenda Pública.
- (D) O termo de inscrição em dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado.
- (E) A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

## 14

A jurisprudência administrativa federal vem, reiteradamente, decidindo que:

- I. É inválida a ciência da notificação por via postal realizada no domicílio fiscal eleito pelo contribuinte, confirmada com a assinatura do recebedor da correspondência, ainda que este não seja o representante legal do destinatário.
- II. É nula, por vício formal, a notificação de lançamento que não contenha a identificação da autoridade que a expediu.
- III. A ausência da indicação da data e da hora de lavratura do auto de infração não invalida o lançamento de ofício quando suprida pela data da ciência.

Com base nas afirmativas acima, é correto afirmar que:

- (A) todas as afirmativas estão corretas.
- (B) somente as afirmativas I e II estão corretas.
- (C) somente a afirmativa II está correta.
- (D) somente as afirmativas II e III estão corretas.
- (E) somente a afirmativa I está correta.

## 15

**Não** se configura como princípio aplicável ao procedimento de fiscalização tributária:

- (A) a inquisitorialidade.
- (B) o formalismo moderado.
- (C) o devido processo legal.
- (D) a celeridade.
- (E) o dever de colaboração.

## 16

A respeito da preclusão, considerando a legislação federal aplicável ao Processo Administrativo Tributário, assinale a alternativa correta.

- (A) A preclusão é incompatível com o princípio da verdade material perseguido pelo processo administrativo tributário e, portanto, a ele inaplicável, conforme já pacificamente reconhecido pelo Judiciário.
- (B) A aplicação do instituto da preclusão no processo administrativo tributário, conforme expressa disposição legal, é admitida.
- (C) Preclusão implica a perda do direito de o contribuinte promover qualquer tipo de medida judicial no caso de a decisão em última instância no processo administrativo lhe ser desfavorável.
- (D) A preclusão não tem relação alguma com a produção de provas no curso do processo administrativo.
- (E) A preclusão é um instituto aplicável exclusivamente ao processo judicial.

17

A empresa XPTO Ltda., produtora de móveis para escritórios, obteve uma liminar em Mandado de Segurança impetrado perante a Justiça Federal, autorizando-a a excluir da apuração da base de cálculo do PIS e COFINS o ICMS incidente sobre a venda de mercadorias.

Posteriormente à concessão da liminar mencionada, teve início procedimento de fiscalização no qual se apurou o recolhimento das contribuições em questão sobre uma base de cálculo reduzida (sem o ICMS). Embora o contribuinte tenha apresentado, ainda durante o curso da fiscalização, cópia da medida judicial que concedeu a liminar, as autoridades fiscais entenderam por bem lavrar o auto de infração contra a empresa, relativo aos valores que haveriam de ser recolhidos caso a base de cálculo do tributo incluísse o valor do ICMS.

Considerando o que foi acima exposto, assinale a alternativa correta.

- (A) A autoridade fiscal não poderia ter lavrado o auto de infração sob pena de configurar crime de desobediência.
- (B) A autoridade fiscal somente poderia ter lavrado o auto de infração para evitar os efeitos da prescrição se verificasse a ocorrência de fraude por parte do contribuinte (XPTO Ltda.).
- (C) A autoridade fiscal poderia ter lavrado o auto de infração impondo, inclusive, multa de ofício fixada em lei.
- (D) A autoridade fiscal poderia ter lavrado o auto de infração com o objetivo de constituir o crédito tributário e assim evitar a fluência do prazo decadencial, reconhecendo, contudo, a existência de medida liminar a amparar a pretensão da empresa XPTO Ltda. e, ainda, sem aplicar a multa de ofício.
- (E) O auto de infração somente poderia ser lavrado na hipótese de cassação dos efeitos da medida liminar ou, então, sentença proferida pelo juiz de primeira instância declarando ser devida a inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS.

18

Na hipótese de o sujeito passivo recolher tributo a maior ou indevidamente, **não** é correto afirmar que:

- (A) poderá ingressar com medida judicial para obter a restituição do tributo pago a maior ou indevidamente.
- (B) terá a prerrogativa de apresentar requerimento administrativo solicitando a restituição dos valores (recolhidos a maior ou indevidamente), tanto em espécie como por meio de compensação, caso seja permitida por lei.
- (C) o Código Tributário Nacional estabelece que o prazo para pleitear a restituição do indébito tributário é de cinco anos, contados da extinção do crédito tributário, nos casos de pagamento a maior ou indevido.
- (D) a regra geral definida pelo Código Tributário Nacional fixa o prazo de 2 anos para prescrição da ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.
- (E) embora criticável, é condição necessária, consoante o Código Tributário Nacional, à restituição do tributo pago indevidamente ou a maior, o protesto prévio, sob pena de ser denegado o pedido do contribuinte.

19

As alternativas a seguir apresentam diversos princípios que norteiam o processo administrativo tributário, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Princípio da verdade formal.
- (B) Princípio da verdade material.
- (C) Princípio da vinculação da atividade administrativa.
- (D) Princípio da ampla defesa.
- (E) Princípio do contraditório.

20

A respeito da prescrição intercorrente, analise as afirmativas a seguir:

- I. o artigo 5º, inciso LXXVIII da Constituição Federal garante a todos, tanto no âmbito judicial como administrativo, a “razoável” duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação, dispositivo que, indubitavelmente, consagra a aplicabilidade do instituto da prescrição intercorrente ao processo administrativo tributário.
- II. entende-se atualmente, com base em manifestações do Supremo Tribunal Federal, não ser aplicável a prescrição intercorrente ao processo administrativo tributário, pois, segundo o entendimento do referido tribunal, entre a lavratura do auto de infração e a decisão administrativa não correria o prazo prescricional.
- III. a prescrição intercorrente no processo judicial é geralmente admitida como uma decorrência dos princípios da segurança jurídica, estabilidade social e da prescritibilidade dos direitos patrimoniais.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (E) se somente a afirmativa II estiver correta.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

21

**Não** é considerado como imposto de competência da União, aquele incidente sobre:

- (A) exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados.
- (B) renda e doações de qualquer natureza.
- (C) operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
- (D) grandes fortunas, nos termos de lei complementar.
- (E) importação de produtos estrangeiros.

22

O parágrafo 7º do artigo 150 da Constituição Federal, ao prever que “a lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido”, acabou instituindo o que a doutrina denomina “substituição tributária para frente”.

Em relação a esse instituto, examine as afirmativas a seguir.

- I. Denomina-se substituto tributário aquele sujeito em nome de quem é feito o recolhimento antecipado e que deverá promover a operação futura.
- II. Em que pese o fato de a substituição tributária para frente viabilizar a tributação antes mesmo da ocorrência do fato gerador, razão pela qual sofreu severas críticas doutrinárias, o Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade dessa sistemática de instituição e cobrança de tributos.
- III. De acordo com a jurisprudência pacífica do STF, caso o evento futuro não ocorra, ou ocorra com base de cálculo menor do que aquela sobre a qual foi feita a antecipação do recolhimento, é necessária a imediata e preferencial restituição do excesso recolhido.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (B) se todas as afirmativas forem verdadeiras.
- (C) se somente as afirmativas I e III forem verdadeiras.
- (D) se somente a afirmativa III for verdadeira.
- (E) se somente a afirmativa II for verdadeira.

## 23

Analise as afirmativas a seguir.

- I. A anterioridade nonagesimal foi estendida à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a fim de vedar-lhes a cobrança de tributos antes de decorridos noventa dias da data em que tenha sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, comportando, dentre suas exceções, o imposto sobre a renda.
- II. À União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é vedada ainda a instituição de impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos empregadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.
- III. A vedação à instituição de tributos com efeito de confisco não atinge as multas moratórias ou punitivas, que podem ser fixadas em qualquer patamar conforme admitido pela jurisprudência.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

## 24

Assinale a alternativa correta.

- (A) A capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais.
- (B) Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal o local em que tenha ocorrido o fato gerador do tributo.
- (C) O sujeito passivo da obrigação principal diz-se responsável quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.
- (D) Havendo solidariedade tributária, e salvo disposição de lei em contrário, a isenção do crédito exonera a todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo do tributo.
- (E) O Código Tributário Nacional veda expressamente a possibilidade de que as convenções particulares relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos possam ser opostas à Fazenda Pública para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias.

## 25

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 179 (Título VII – Da Ordem Econômica e Financeira) impõe, de forma expressa, que o legislador infraconstitucional conceda tratamento jurídico diferenciado às “micro e pequenas empresas”.

A respeito do preceito constitucional citado é correto afirmar que:

- (A) a obrigação de dispensar tratamento jurídico diferenciado às “micro e pequenas empresas” recai exclusivamente sobre a União e, conseqüentemente, envolve apenas os tributos sob sua competência.
- (B) o tratamento jurídico diferenciado exigido pelo texto constitucional se manifestará principalmente por meio da simplificação de obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, podendo ocorrer até mesmo efetiva eliminação de algumas destas obrigações.
- (C) o artigo 179 confere imunidade tributária às “micro e pequenas empresas”.
- (D) o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conhecido como Simples Nacional, não tem qualquer relação com o artigo 179 da Constituição Federal.
- (E) o artigo 179 estabelece um tratamento discriminatório ao impor tratamento mais benéfico às “micro e pequenas empresas”, violação já reconhecida pelo próprio Supremo Tribunal Federal.

## 26

De acordo com o CTN, **não** se afigura como causa de extinção do crédito tributário:

- (A) a decadência.
- (B) a prescrição.
- (C) a anistia.
- (D) a remissão.
- (E) a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória.

## 27

Analise as afirmativas a seguir.

- I. É vedado à União instituir isenções de tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- II. A jurisprudência admite a possibilidade de tratados internacionais, de competência privativa do Presidente da República e referendo do Congresso Nacional, versarem sobre tributos estaduais ou municipais, inclusive, isentando-os;
- III. A União não pode instituir tributo que não seja uniforme em todo território nacional, ou que implique distinção em relação a Estado, Distrito Federal ou Município, admitindo-se, contudo, a concessão de incentivos fiscais visando a promover o desenvolvimento econômico entre as regiões do País.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

## 28

Dentre as funções que compete à Lei Complementar, assinale a alternativa correta.

- (A) Evitar o desequilíbrio nas condições de concorrência por meio de critérios especiais de tributação.
- (B) Fixar uma alíquota única (2%) de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, a ser aplicada em âmbito nacional, para combater a guerra fiscal.
- (C) Dar maior amplitude à competência tributária constitucionalmente conferida aos entes da federação.
- (D) Introduzir os tratados internacionais em matéria tributária no ordenamento jurídico brasileiro.
- (E) Regulamentar o parágrafo único do artigo 116 do Código Tributário Nacional, que estabeleceu a chamada “cláusula geral antielisiva”.

## 29

Sobre a limitação à liberdade de tráfego de pessoas e mercadorias prevista no artigo 150, inciso V da Constituição Federal, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Não se admite limitação ao tráfego de pessoas ou mercadorias mediante a instituição de tributos interestaduais ou intermunicipais.
- (B) Não se trata de regra de imunidade.
- (C) Impede o agravamento do ônus tributário meramente em virtude de se tratar de uma operação interestadual ou intermunicipal.
- (D) Não impede a cobrança de pedágio nas vias conservadas pelo Poder Público.
- (E) Trata-se de regra de imunidade aplicável às operações estaduais ou intermunicipais, de tal forma que estas não poderão sofrer a incidência de qualquer tributo.

**30**

Com relação ao ICMS, analise as afirmativas a seguir.

- I. Para a legislação do ICMS “estabelecimento” corresponde ao local, privado ou público, edificado ou não, próprio ou de terceiro, onde pessoas físicas ou jurídicas exerçam suas atividades em caráter temporário ou permanente.
- II. Para a legislação vigente cada estabelecimento do mesmo titular é considerado autônomo.
- III. Caso não seja possível determinar o local do estabelecimento, considera-se como tal, o local em que tenha sido efetuada a operação ou prestação.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

## DIREITO PENAL TRIBUTÁRIO

**31**

O funcionário José, responsável pela prestação de informações aos sistemas informatizados ou banco de dados da Administração Pública Federal, após receber da empresa “X” uma determinada quantia em dinheiro, excluiu, indevidamente, alguns dados corretos do sistema, o que implicou inequívoco prejuízo à Administração Tributária.

Sobre a situação hipotética do funcionário José é correto afirmar que:

- (A) responderá somente por infração de ordem administrativa, uma vez que sua conduta não caracteriza qualquer ilícito penal.
- (B) além das consequências administrativas a que estará sujeito, responderá por crime de peculato, previsto no artigo 313, *caput*, do Código Penal.
- (C) além das consequências administrativas a que estará sujeito, responderá por crime de excesso de exação, previsto no artigo 316, parágrafo 1º, do Código Penal.
- (D) além das consequências administrativas a que estará sujeito, responderá por crime de modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações, previsto no artigo 313-B do Código Penal.
- (E) além das consequências administrativas, a que estará sujeito, responderá por crime de inserção de dados falsos em sistema de informações, previsto no artigo 313-A do Código Penal.

**32**

Analise as proposições a seguir.

- I. O exame do direito positivo é a metodologia indicada para promover a distinção entre crime e contravenção penal posto que não há diferença ontológica entre ambos.
- II. Segundo dispõe o legislador penal, crime é a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção é a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente.
- III. No direito penal pátrio a expressão crime é tida como gênero, do qual são espécies as contravenções penais e os delitos.
- IV. A diferença entre ilícito civil e ilícito penal é que o primeiro gera a imposição de uma pena, que pode até chegar ao extremo de privação da liberdade do agente; já o segundo tem como consequência a obrigação de reparar o dano, primordialmente.

Assinale:

- (A) se somente as proposições III e IV estiverem corretas.
- (B) se somente as proposições I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as proposições II e IV estiverem corretas.
- (D) se somente as proposições I e IV estiverem corretas.
- (E) se somente as proposições II e III estiverem corretas.

**33**

A respeito do crime de apropriação indébita envolvendo contribuições previdenciárias, analise as afirmativas a seguir.

- I. Constitui crime de apropriação indébita deixar de recolher aos cofres públicos valor de contribuição descontada dos funcionários da empresa.
- II. Deixar de repassar a parcela de contribuição devida pela própria empresa, não constitui crime de apropriação indébita.
- III. A ação penal por crime de apropriação indébita de contribuições previdenciárias, no entendimento seguido pela jurisprudência, conforme já reconhecido em decisão do Superior Tribunal de Justiça, não dispensa a demonstração do dolo específico, isto é, a efetiva intenção do sujeito ativo de utilizar os valores das contribuições recolhidas dos contribuintes em benefício próprio.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**34**

Com relação aos crimes contra a ordem tributária, assinale a alternativa correta.

- (A) nos crimes contra a ordem tributária é necessário verificar a intenção por parte do sujeito ativo no sentido de suprimir ou reduzir o tributo.
- (B) a omissão intencional de declaração de renda, bens ou fatos não tipifica crime contra a ordem tributária.
- (C) a elisão fiscal, entendida como o planejamento tributário feito de acordo com a lei, poderá, dependendo da interpretação do agente fiscal, tipificar crime contra a ordem tributária.
- (D) os crimes contra a ordem tributária não admitem co-autoria.
- (E) a legislação que tipifica o crime contra a ordem tributária tem por objetivo final assegurar o cumprimento das obrigações acessórias.

**35**

A doutrina jurídica brasileira procura, há tempos, estabelecer critérios que permitam distinguir a sanção penal tributária da sanção administrativa tributária.

As alternativas a seguir apresentam critérios distintos frequentemente citados, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Competência legislativa para o estabelecimento das sanções – *enquanto as sanções administrativas tributárias podem ser instituídas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios relativamente aos tributos de sua competência, as sanções criminais deverão ser estabelecidas por leis nacionais de competência exclusiva da União* (art. 22, I da CF).
- (B) Consideração valorativa do bem tutelado – *o legislador selecionou algumas condutas conexas à obrigação de pagar tributos e classificou-as como crime, atribuindo maior importância ao bem jurídico tutelado e/ou reconhecendo a maior gravidade da conduta do sujeito ativo*.
- (C) Gravidade da sanção – *no caso de crimes, a sanção penal predominante é a pena restritiva de liberdade*.
- (D) Fonte normativa – *as sanções penais tributárias não figuram no Código Tributário Nacional, mas em outros diplomas legais*.
- (E) Sanção patrimonial – *tanto a sanção penal tributária como a sanção administrativa tributária implicam necessariamente algum tipo de pena patrimonial*.

**36**

Há uma acirrada discussão sobre a relação entre o processo administrativo tributário e a ação penal, principalmente no que tange ao cumprimento da obrigação principal, tema que costuma colocar advogados e representantes do Ministério Público em polos argumentativos opostos.

Essa discussão tem relação com:

- (A) a submissão do Ministério Público aos órgãos de julgamento administrativo, como o recentemente criado Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).
- (B) o instituto da denúncia espontânea prevista no artigo 138 do Código Tributário Nacional.
- (C) impossibilidade de o contribuinte ser duplamente penalizado – tanto na esfera administrativa como na judicial.
- (D) a necessidade de constituição definitiva do crédito tributário para a consumação de crime fiscal relativo à supressão ou redução do tributo como elemento essencial à configuração do delito.
- (E) o início da contagem do prazo prescricional da cobrança do crédito tributário.

**37**

Existem determinadas infrações submetidas à chamada “pena de perdimento”, como nos casos de dano ao Erário na importação de mercadorias.

A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) Nas hipóteses de pena de perdimento, por se tratar de grave infração, afasta-se o contraditório e a ampla defesa.
- (B) A pena de perdimento aplica-se apenas aos casos de contrabando.
- (C) A Constituição Federal de 1988 prevê, no artigo 5º, inciso XLVI, a possibilidade de decretação da perda de bens apenas pelo Poder Judiciário, o que significa que a autoridade administrativa não está legitimada a decretar tal pena, conforme já reconhecido pacificamente pelo Poder Judiciário.
- (D) A Administração poderá decretar a pena de perdimento em situações de ilícito administrativo, desde que respeitado o devido processo legal e demais garantias do acusado.
- (E) A pena de perdimento será sempre afastada mediante o pagamento do imposto de importação.

**38**

O pagamento do tributo tem importantes consequências para fins de caracterização do crime contra a ordem tributária.

Com relação a este assunto, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A denúncia espontânea relativa ao pagamento do tributo, nos termos previstos no artigo 138 do Código Tributário Nacional, é causa de exclusão de responsabilidade na área tributária evitando, assim, a caracterização do crime;
- (B) A denúncia espontânea, aperfeiçoada nos termos da legislação vigente, não tem qualquer influência na caracterização dos crimes contra a ordem tributária, como a supressão ou redução do tributo.
- (C) Para que se configure a denúncia espontânea, nos termos do artigo 138 do Código Tributário Nacional haverá necessidade, se a lei assim o exigir, do pagamento de juros e multa de mora.
- (D) É fundamental, para que se aperfeiçoe a denúncia espontânea, que seja realizada antes do início do procedimento de fiscalização.
- (E) O instituto da denúncia espontânea guarda certa semelhança com as figuras da desistência voluntária e do arrependimento eficaz, nos termos do Código Penal vigente.

**39**

Muito se discute sobre a natureza do crime contra a ordem tributária como crime formal ou crime material. Admitindo-se o enquadramento como crime *material*, ainda que hipoteticamente, seria correto afirmar que:

- (A) não admite tentativa.
- (B) não se pode falar em culpa.
- (C) é irrelevante o aspecto subjetivo para a configuração do crime.
- (D) é necessário haver efetiva supressão ou redução do tributo.
- (E) o crime deverá estar previsto em lei.

**40**

A Lei 8.137, de 27 de dezembro de 1990 prevê algumas hipóteses de crimes praticados por funcionários públicos como as relacionadas nas alternativas a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Facilitar, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho.
- (B) Extraviar livro oficial, processo fiscal ou qualquer documento de que tenha a guarda em razão da função.
- (C) Inutilizar qualquer documento acarretando pagamento indevido ou inexato do tributo.
- (D) Exigir para si ou para outrem vantagem indevida eximindo-se de proceder ao lançamento ou cobrança do tributo.
- (E) Aproveitar-se da condição de funcionário público para defender interesse privado perante a administração fazendária.

**CONTABILIDADE**

**41**

Analise as contas extraídas dos livros contábeis da Cia WFIL, apresentadas a seguir:

Contas	Saldos
Ajustes de exercícios anteriores	110.500,00
INSS a Recolher	65.799,00
Reserva Legal	7.600,00
Receita Diferida(exercícios futuros)	8.800,00
Fornecedores*	155.200,00
Ações em Tesouraria	290.700,00
Provisões Fiscais*	301.500,00
Reserva de Incentivos Fiscais	205.200,00
Ajustes de avaliação patrimonial (Sd credor)	150.850,00
Investimento em Ações Temporárias	215.500,00

\* Vencimento após o exercício subsequente.

A partir dos dados, pode-se afirmar que o total do Passivo Não-Circulante, de acordo com a Legislação Societária vigente, é de:

- (A) R\$ 465.500,00.
- (B) R\$ 576.000,00.
- (C) R\$ 456.700,00.
- (D) R\$ 672.200,00.
- (E) R\$ 681.000,00.

**42**

De acordo com as regras contábeis e societárias vigentes, pode-se afirmar que as Reservas de Capital podem ser utilizadas para:

- (A) reversão de reservas, incorporação de capital social e criação de dividendo obrigatório.
- (B) incorporação ao capital social e resgate de partes beneficiárias.
- (C) criação de dividendo obrigatório, resgate de partes beneficiárias e criação de incentivos fiscais.
- (D) reversão de reserva legal, incorporação de capital social e criação de incentivos fiscais.
- (E) resgate, reembolso ou compra de ações e reversão de reservas de incentivos fiscais.



**Com base nas informações apresentadas a seguir, referentes aos gastos de produção e despesas da Indústria Lubelle, responda as questões 43 a 45.**

Item	GASTOS DO MÊS – CUSTOS DE PRODUÇÃO E DESPESAS	
01	Matérias-primas utilizadas pela fábrica	400.000,00
02	Aluguel dos prédios administrativos e comerciais	80.000,00
03	Aluguel do prédio da fábrica	170.000,00
04	Salários e comissões dos vendedores	35.000,00
05	Salários do pessoal da fábrica	320.000,00
06	Salários do pessoal administrativo	190.000,00
07	Honorários da Diretoria industrial	10.000,00
08	Honorários dos diretores administrativos e comerciais	55.000,00
09	Encargos Sociais - INSS e FGTS do pessoal da fábrica	32.000,00
10	Encargos Sociais - INSS e FGTS do pessoal administrativo/com.	20.000,00
11	Água, luz e telefone das áreas administrativas e comerciais	1.100,00
12	Depreciação dos móveis utilizados pelas áreas admin. e com.	22.000,00
13	Tributos diversos sobre vendas	350.500,00
14	Água, luz e telefone da fábrica	30.000,00
15	Fretes sobre as vendas	7.000,00
16	Material de embalagem consumido	2.500,00
17	Encargos e despesas financeiras	18.000,00
18	Depreciação das máquinas e equipamentos da fábrica	95.500,00

#### 43

O total dos gastos de produção é:

- (A) R\$ 800.000,00
- (B) R\$ 950.000,00
- (C) R\$ 1.060.000,00
- (D) R\$ 1.500.000,00
- (E) R\$ 2.400.000,00

#### 44

O montante das despesas representa:

- (A) R\$ 778.600,00
- (B) R\$ 950.000,00
- (C) R\$ 850.000,00
- (D) R\$ 2.500.000,00
- (E) R\$ 3.400.000,00

#### 45

Supondo uma produção no mês de 15.200 unidades, o custo unitário é de:

- (A) R\$ 80,20
- (B) R\$ 100,51
- (C) R\$ 66,78
- (D) R\$ 69,74
- (E) R\$ 121,33

#### 46

De acordo com as regras contábeis adotadas no Brasil, os princípios da Contabilidade não exigiram adjetivação, pois sempre, por definição, representam:

- (A) os postulados contábeis.
- (B) as evidências contábeis.
- (C) a evolução contábil.
- (D) o atributo da universalidade.
- (E) as escolas contábeis.

#### 47

De acordo com as normas vigentes de auditoria, emanadas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, os riscos de distorção relevante podem existir nos seguintes níveis:

- (A) nível específico da demonstração contábil e nível geral da afirmação para classes de transações, saldos contábeis e divulgações.
- (B) nível relevante da demonstração contábil e nível geral afirmação para classes de transações, saldos contábeis e divulgações.
- (C) nível substantivo da demonstração contábil e nível de aderência da afirmação para classes de transações, saldos contábeis e divulgações.
- (D) nível de aderência da demonstração contábil e nível específico da afirmação para classes de transações, saldos contábeis e divulgações.
- (E) nível geral da demonstração contábil e nível da afirmação para classes de transações, saldos contábeis e divulgações.

#### 48

As regras contábeis e societárias vigentes, preceituam que as obrigações, os encargos e os riscos classificados no Passivo Não-Circulante serão ajustados:

- (A) com base na taxa Selic.
- (B) na expectativa de pagamentos futuros.
- (C) ao seu valor presente.
- (D) na expectativa do valor futuro.
- (E) na avaliação proporcional do ativo.

#### 49

No que se refere aos dividendos obrigatórios, pode-se afirmar que os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório a parcela dos lucros estabelecida:

- (A) no estatuto a cada trimestre ou se este for omissivo, a importância determinada de acordo com as normas societárias.
- (B) no Balanço Patrimonial a cada exercício ou se este for omissivo, a importância determinada de acordo com as normas societárias.
- (C) na Demonstração do Resultado do Exercício em cada trimestre.
- (D) no estatuto a cada exercício ou se este for omissivo, a importância determinada de acordo com as regras contábeis.
- (E) no estatuto a cada exercício ou se este for omissivo, a importância determinada de acordo com as normas societárias.

#### 50

De acordo com as regras contábeis vigentes, o Ativo Não-Circulante é composto:

- (A) pelo ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado e o intangível.
- (B) pelo ativo permanente, os investimentos, o imobilizado e o intangível.
- (C) pelos investimentos, o imobilizado, o intangível e o diferido.
- (D) pelo realizável, o ativo permanente, os investimentos, o imobilizado e o intangível.
- (E) pelos ajustes presentes, os investimentos, o imobilizado e o intangível.

## AUDITORIA

### 51

Segundo o código de ética profissional, alguns deveres do contabilista estão relacionados a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Exercer a profissão com zelo, diligência e honestidade, observada a legislação vigente e resguardados os interesses de seus clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais.
- (B) Guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Regionais de Contabilidade.
- (C) Comunicar, desde logo, ao cliente ou empregador, em documento reservado, eventual circunstância adversa que possa influir na decisão daquele que lhe formular consulta ou lhe confiar trabalho, estendendo-se a obrigação a sócios e executores.
- (D) Permanecer nas funções que exerce, mesmo que se positive falta de confiança por parte do cliente ou empregador, zelando, contudo, para que os interesses dos mesmos não sejam prejudicados, evitando declarações públicas sobre os motivos da desconfiança.
- (E) Ser solidário com os movimentos de defesa da dignidade profissional, seja propugnando por remuneração condigna, seja zelando por condições de trabalho compatíveis com o exercício ético-profissional da Contabilidade e seu aprimoramento técnico.

### 52

A fim de obter evidências quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados gerados pelo sistema de contabilidade da entidade, o auditor deve adotar o seguinte procedimento:

- (A) teste de observância.
- (B) teste de controle.
- (C) teste de aderência.
- (D) teste de substantivo.
- (E) teste de confirmação.

### 53

Assinale a alternativa que apresente o objetivo específico da auditoria do resultado:

- (A) comprovar se compras de mercadoria estão de acordo com os objetivos da empresa.
- (B) confirmar se os pagamentos realizados foram conciliados.
- (C) verificar se as despesas correspondentes às receitas realizadas foram apropriadas no período.
- (D) comprovar a correta apropriação das despesas em obediência ao regime de caixa.
- (E) conferir a exatidão dos registros contábeis dos estoques de mercadorias.

### 54

Assinale a alternativa que indique os procedimentos de auditoria aplicáveis à conta Provisão para Devedores Duvidosos.

- (A) Inspeção documental para exame dos documentos de pagamentos e recebimentos e solicitação de informações aos bancos mediante circularização.
- (B) Revisão de cálculos por meio da conferência da exatidão aritmética do valor e inspeção para verificação dos documentos que serviram de base para fixação dos critérios de cálculo.
- (C) Inspeção de documentos e revisão dos cálculos para a verificação dos valores lançados nos investimentos.
- (D) Inspeção de documentos e revisão dos cálculos no caso de depreciação e amortização acumulada.
- (E) Revisão de cálculos e investigação e confirmação das operações por meio de circularização de informações financeiras.

### 55

Segundo a NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, aprovada pela Resolução CFC n.º 1222/09, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O nível de risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar não afeta o tamanho da amostra exigido.
- (B) O tamanho da amostra pode ser determinado mediante aplicação de fórmula com base em estatística ou por meio do exercício do julgamento profissional.
- (C) Pela amostragem estatística, os itens da amostra são selecionados de modo que cada unidade de amostragem tenha uma probabilidade conhecida de ser selecionada.
- (D) Pela amostragem não estatística, o julgamento é usado para selecionar os itens da amostra.
- (E) Quanto menor o risco que o auditor está disposto a aceitar, maior deve ser o tamanho da amostra.

### 56

De acordo com a NBC T 16.8 – Controle Interno, aprovada pela Resolução nº 1.135/08, o Controle Interno deve ser classificado nas categorias:

- (A) de conformidade, de regularidade e de gestão.
- (B) operacional, contábil e normativo.
- (C) financeiro, patrimonial e administrativo.
- (D) de relevância, de materialidade e de oportunidade.
- (E) econômico, substantivo e de observação.

### 57

De acordo com a Resolução CFC Nº. 1.212/09, o auditor deve identificar e avaliar os riscos de distorção relevante e para atingir este propósito deve adotar os procedimentos a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Identificar riscos ao longo de todo o processo de obtenção do entendimento da entidade e do seu ambiente, inclusive controles relevantes relacionados com os riscos.
- (B) Analisar os riscos identificados e avaliar se eles se relacionam de forma generalizada às demonstrações contábeis como um todo e afetam potencialmente muitas afirmações.
- (C) Relacionar os riscos identificados àquilo que pode dar errado no nível da afirmação, levando em conta os controles relevantes que o auditor pretende testar.
- (D) Considerar a probabilidade de distorção, inclusive a possibilidade de múltiplas distorções, e se a distorção potencial é de magnitude que possa resultar em distorção relevante.
- (E) Considerar a adequação das políticas contábeis e das divulgações de demonstrações contábeis.

### 58

De acordo com a NBC TA 610 – Utilização do Trabalho de Auditoria Interna, aprovado pela Resolução 1229/09, o auditor, se após a data do seu relatório, mas antes da data de divulgação das demonstrações contábeis, tomar conhecimento de fato que, se fosse do seu conhecimento na data do relatório, poderia ter levado a sua alteração, deve:

- (A) manter o relatório sem qualquer alteração e comunicar o fato a administração para que, a seu critério, adote as medidas corretivas necessárias.
- (B) revisar as providências tomadas pela administração divulgando-as no âmbito interno da empresa juntamente com o seu relatório para que todos sejam informados da situação.
- (C) determinar se as demonstrações contábeis precisam ser alteradas e, caso afirmativo, indagar como a administração pretende tratar do assunto nas demonstrações contábeis.
- (D) aplicar os procedimentos de auditoria necessários nas circunstâncias das alterações, ainda que a administração não altere as demonstrações contábeis.
- (E) deixar de executar qualquer procedimento de auditoria em relação às demonstrações contábeis após a data do seu relatório, mesmo que tome conhecimento de eventos subsequentes.

**59**

De acordo com a NBC TA 620, aprovada pela Resolução CFC nº 1230/09, que trata do uso do trabalho de especialistas, o auditor **não** deve assumir o seguinte procedimento:

- (A) determinar a natureza, o alcance e os objetivos do trabalho do especialista para fins da auditoria, devendo para tanto obter entendimento na área de especialização.
- (B) estabelecer acordo, por escrito, com o especialista por ele contratado, quando apropriado, sobre a natureza, o alcance e os objetivos do seu trabalho.
- (C) avaliar a adequação do trabalho do especialista, incluindo a relevância e a razoabilidade das suas constatações ou conclusões e a consistência com outras evidências de auditoria.
- (D) avaliar se o especialista possui competência, habilidades e objetividade necessárias na área de contabilidade e auditoria, condição indispensável para sua contratação.
- (E) determinar a necessidade de utilizar o trabalho do especialista para obter evidências de auditoria apropriada e suficiente, em área que não seja contabilidade e auditoria.

**60**

De acordo com a NBC T 16.8 – Controle Interno, aprovada pela Resolução nº 1.135/08, a Estrutura de Controle Interno compreende os seguintes procedimentos:

- (A) mapeamento, avaliação de riscos e monitoramento.
- (B) aderência, observação e confirmação.
- (C) inspeção, revisão e comprovação.
- (D) investigação, acompanhamento e revisão.
- (E) planejamento, execução e supervisão.

## LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO AMAPÁ

**61**

Sociedade empresária, exclusivamente prestadora de serviços de transporte, foi autuada pela fiscalização do Estado do Amapá (com exigência do ICMS e de multa), porque conduziu, em um de seus veículos, móveis de sua propriedade (estantes e mesas), de Macapá (AP) para São Luiz (MA), sem fazer incidir o imposto.

Com relação a esse fato, assinale a alternativa correta.

- (A) Inválida a autuação, pois não ocorreu o fato gerador do ICMS.
- (B) Inválida a autuação, pois o ICMS é devido ao Estado do Maranhão.
- (C) Válida a autuação, sendo devido, contudo, apenas o ICMS (e acréscimos moratórios), mas não multa, por falta de previsão legal.
- (D) Válida a autuação, pois realizou-se uma prestação de serviço de transporte intermunicipal.
- (E) Inválida a autuação, pois tal atividade inclui-se no regime de substituição tributária.

**62**

Empresa comercial encerrou suas atividades em 15/07/2009, data em que possuía, no estoque, mercadorias de seu negócio (peças de vestuário feminino).

Com relação ao ICMS, assinale a alternativa correta.

- (A) É devido o ICMS sobre tal estoque, mesmo que o contribuinte tivesse apenas paralisado temporariamente suas atividades.
- (B) Não é devido o ICMS, pois não ocorreu o fato gerador (saída de mercadoria do estabelecimento).
- (C) É devido o ICMS, calculado sobre o valor das mercadorias inventariadas, acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).
- (D) Não é devido o ICMS, a menos que a empresa inicie a exploração de nova atividade, dentro de 6 (seis) meses, a contar da data do encerramento.
- (E) É devido o ICMS, em cujo cálculo é de aplicar-se a alíquota interestadual, no caso de o contribuinte haver adquirido fora do Estado a maioria dos produtos em referência.

**63**

Com relação às operações ou prestações sugeridas, assinale a afirmativa que indique corretamente a alíquota do ICMS devido ao Estado do Amapá:

- (A) prestações de serviço de transporte aéreo interestadual = 12%.
- (B) operações internas com óleo diesel e lubrificantes = 17%.
- (C) operações internas com artigos de antiquário e refrigerantes classificados na posição 2202 da NBM/SH = 25%.
- (D) operações internas com farinha de mandioca = 13%.
- (E) fornecimento de energia elétrica nos consumos entre 141 a 1.000 Kw/h = 12%.

**64**

Certo contribuinte lançou a crédito o ICMS relativo a determinada mercadoria entrada no estabelecimento e, posteriormente, efetivou seu estorno integral. Dentre as alternativas a seguir apenas uma **não** justifica adequadamente o procedimento do contribuinte. Assinale-a.

- (A) A mercadoria integrou processo de industrialização, sendo isenta a saída do produto dele resultante.
- (B) A respectiva nota fiscal tinha sido emitida mais de cinco anos antes da apropriação do crédito nela destacado.
- (C) A mercadoria veio a deteriorar-se.
- (D) A posterior operação de venda gozou de redução da base de cálculo do imposto.
- (E) O respectivo documento fiscal deparou-se inidôneo, por não ser o exigido para a operação.

**65**

Com relação ao crédito do ICMS, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Há direito a crédito na entrada de energia elétrica no estabelecimento de concessionária de serviço de telefonia, quando esta a utilizar na prestação dos serviços de telecomunicações que desenvolve.
- (B) Somente dará direito a crédito o recebimento de serviços de comunicação utilizados pelo estabelecimento comercial de compra e venda de sapatos, a partir de 1º de janeiro de 2011.
- (C) Somente dará direito a crédito mercadoria destinada ao uso ou consumo do estabelecimento industrial, nele entrada a partir de 1º de janeiro de 2011.
- (D) Há direito a crédito na entrada de energia elétrica no estabelecimento, quando seu consumo resultar em operação de saída ou prestação para o exterior, na proporção destas sobre as saídas ou prestações totais.
- (E) Há direito a crédito na entrada de mercadorias destinadas ao ativo permanente do estabelecimento, nele entradas desde 1º de novembro de 1996.

**66**

Com relação à base de cálculo do ICMS devido por substituição tributária para frente (abrangente das operações posteriores), assinale a alternativa correta.

- (A) A base de cálculo do ICMS retido é o valor da operação ou prestação praticado pelo contribuinte substituído.
- (B) O imposto a ser pago corresponde à diferença entre o valor resultante da aplicação da alíquota prevista para as operações interestaduais sobre a respectiva base de cálculo e o valor do imposto devido pela operação própria do substituto.
- (C) Existindo preço final a consumidor sugerido pelo fabricante, poderá ser este estabelecido como base de cálculo do imposto.
- (D) A base de cálculo do imposto a ser recolhido pela concessionária de energia elétrica, na condição de substituto tributário, é o valor da operação destinada à empresa distribuidora.
- (E) Não se inclui na base de cálculo do ICMS retido o valor de outros encargos, mesmo que cobrados ou transferíveis aos adquirentes das mercadorias.

## 67

Segundo a legislação estadual, no deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo titular:

- (A) há incidência do ICMS, apenas no caso de o estabelecimento destinatário situar-se fora do Estado.
- (B) há incidência do ICMS, no caso de o estabelecimento destinatário situar-se dentro ou fora do Estado.
- (C) há incidência do ICMS, apenas no caso de o estabelecimento destinatário desenvolver atividade comercial.
- (D) não há incidência do ICMS, pois tal transferência entre estabelecimentos da mesma empresa não implica mudança da titularidade da mercadoria.
- (E) não há incidência do ICMS, salvo se a mercadoria não retornar ao estabelecimento remetente no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

## 68

Segundo a Lei 400, de 22.12.97, respondem solidariamente pelo pagamento do ICMS:

- (A) o prestador de serviços compreendidos na competência tributária dos municípios, que envolvam fornecimento de mercadorias ressaltadas em lei complementar.
- (B) o importador de mercadorias ou bens do exterior, qualquer que seja a sua finalidade.
- (C) o adquirente de lubrificantes e combustíveis, líquidos e gasosos derivados de petróleo, oriundos de outro Estado, quando não destinados à comercialização ou à industrialização.
- (D) o estabelecimento abatedor, frigorífico, açougue, matadouro e similares que promova a entrada de animais apenas para o abate, desacompanhado de documentação fiscal apropriada.
- (E) os armazéns gerais, pela saída de mercadorias que receberem em depósito.

## 69

Analise as afirmativas a seguir.

- I. O livro Registro de Entradas, modelo 1-A, é de ser utilizado pelo contribuinte sujeito, simultaneamente, às legislações do IPI e do ICMS.
- II. Qualquer alteração nas informações cadastrais do contribuinte deverá ser comunicada à repartição fiscal, no prazo de quinze dias, contado de sua ocorrência.
- III. O prazo limite para emissão de documentos fiscais é de dois anos, contados da data da sua respectiva Autorização de Impressão de Documentos Fiscais – AIDF, podendo ser prorrogado por até um ano, desde que o contribuinte isso requeira antes do vencimento da respectiva AIDF.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

## 70

À autoridade fiscal que for alvo de embaraço ou desacato no exercício de sua função, é assegurado o direito de requisitar o concurso da força pública:

- (A) estadual ou municipal, tenha ou não se verificado fato configurador de crime.
- (B) estadual, apenas, mesmo que não se tenha verificado fato configurador de crime.
- (C) federal, estadual ou municipal, apenas no caso em que se tenha verificado fato configurador de crime.
- (D) federal, estadual ou municipal, mesmo que não se tenha verificado fato configurador de crime.
- (E) federal, estadual ou municipal, encerrando de imediato a ação fiscal com lavratura de auto de infração para aplicação da multa prevista para os casos de embaraço ao procedimento fiscal.

## 71

A Lei 400, de 22.12.97, concede isenção do ITCD, em transmissão hereditária de imóvel, na qual se verifique o implemento das condições apontadas nas alternativas a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Constituir o único bem de espólio.
- (B) Ser prédio de residência.
- (C) O *de cujus* haver sido servidor público estadual.
- (D) Valor do bem não ultrapassar 20.000 UPF/AP.
- (E) Concorrer, no inventário, apenas o cônjuge ou filhos do *de cujus*.

## 72

Com relação à suspensão e ao diferimento do ICMS, analise as afirmativas a seguir.

- I. Há suspensão do ICMS na remessa interna e interestadual de mercadoria destinada a conserto, reparo ou industrialização, desde que retorne ao estabelecimento de origem no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados das datas das respectivas saídas, prazo esse que pode ser prorrogado por igual período.
- II. Os casos de diferimento do ICMS exigem previsão em convênios celebrados e ratificados pelas unidades federadas.
- III. Encerrada a fase do diferimento, o imposto será exigido ainda que a operação ou a prestação subsequente não esteja sujeita ao pagamento do imposto.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (E) se somente a afirmativa II estiver correta.

## 73

Com relação ao IPVA instituído e cobrado no Estado do Amapá, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) É isenta do IPVA a propriedade de veículos utilizados como ambulância e no combate a incêndio, desde que não haja cobrança pelo serviço.
- (B) No caso em que a propriedade do veículo deixe de estar abrigado por isenção, o IPVA deve ser pago no prazo de 40 (quarenta) dias contados da data em que ocorreu a alteração que deu ensejo à exigência do imposto.
- (C) A alíquota do IPVA para ônibus, microônibus e caminhões é de 1,5% (um e meio por cento).
- (D) É concedido um desconto de 20% (vinte por cento) no caso de pagamento do IPVA em cota única, podendo, a critério da Fazenda, ser parcelado em até 6 (seis) cotas iguais, sem acréscimos de juros.
- (E) Não é exigível o IPVA relativo a veículo objeto de perda total por furto, roubo ou sinistro, não cabendo, contudo, qualquer restituição se a perda se deu após o recolhimento do imposto.

## 74

É devido ITCD ao Estado do Amapá:

- (A) na transmissão hereditária de bens imóveis localizados no território deste Estado, no caso de os herdeiros serem ou não brasileiros.
- (B) na transmissão por doação de bens imóveis, localizados ou não no território do Estado do Amapá, no caso de o doador ter domicílio neste Estado.
- (C) na transmissão hereditária de bens móveis, no caso de o *de cujus* haver mantido domicílio neste Estado.
- (D) na transmissão por doação de bens móveis, no caso de o inventário haver-se processado neste Estado.
- (E) na transmissão hereditária de bens móveis, no caso de o inventário haver-se processado no exterior e o herdeiro ser brasileiro.

**75**

Com relação ao crédito do ICMS, na hipótese de pessoas jurídicas não optantes pelo Simples Nacional adquirirem mercadorias de microempresas ou empresas de pequeno porte optantes deste regime, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Terão direito a crédito do imposto incidente sobre tais aquisições, desde que destinadas à comercialização ou industrialização.
- (B) Não terão direito a crédito algum do imposto, por expressa disposição legal.
- (C) Terão direito a crédito do imposto, cujo valor não pode exceder o ICMS efetivamente devido pelas optantes pelo Simples Nacional, em relação a essas aquisições.
- (D) Não terão direito a crédito do imposto, no caso de a microempresa estar sujeita à tributação do ICMS no Simples Nacional por valores fixos mensais.
- (E) Terão direito a crédito do imposto, para cujo cálculo se aplicará o percentual de ICMS previsto na lei complementar para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da operação.

**76**

Com relação ao processo administrativo fiscal, analise as afirmativas a seguir.

- I. A impugnação da exigência fiscal, formalizada por escrito e instruída com os documentos em que se fundamentar, instaura a fase litigiosa do procedimento.
- II. A autoridade preparadora pode indeferir a realização de diligências que considerar prescindíveis ou impraticáveis, mas não de perícias requeridas pelo impugnante.
- III. É assegurado ao sujeito passivo o direito de vista do processo no órgão preparador, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da intimação da exigência fiscal.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**77**

Com relação ao processo administrativo fiscal do Estado do Amapá, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O cancelamento da inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS produz efeitos, em relação aos quais cabe recurso à Junta de Julgamento de Processo Administrativo Fiscal – JUPAF, sem efeito suspensivo.
- (B) O Procurador Fiscal ou o contribuinte podem interpor recurso de revista, para o próprio Conselho Estadual de Recursos Fiscais, no caso de divergência de acórdão de outro processo, de igual natureza.
- (C) Compete ao Conselho Estadual de Recursos Fiscais julgar, em segunda instância, os processos de consultas, em que o contribuinte tenha recorrido da solução formulada pela autoridade fiscal competente.
- (D) Das decisões do Conselho Estadual de Recursos Fiscais, não unânimes, contrárias à Fazenda, cabe recurso pelo Procurador Fiscal ao Presidente do Conselho, no prazo de 15 (quinze) dias.
- (E) São definitivas as decisões de primeira instância, na parte que não for objeto de recurso voluntário ou não estiver sujeita a recurso de ofício.

**78**

Com relação ao Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF, analise as afirmativas a seguir:

- I. A Portaria Conjunta n. 413, de 31.12.02 (Ministério da Fazenda e da Educação), define a estrutura para sua implementação e as instituições gestoras.
- II. Tem por meta contribuir para a conscientização do cidadão sobre direitos e deveres relativamente aos tributos e à aplicação dos recursos públicos.
- III. Tem execução descentralizada, cabendo aos gestores regionais e municipais a elaboração de seus planos estratégicos.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**79**

Com relação às taxas instituídas no Estado do Amapá, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Taxa Judiciária tem como fato gerador o ato, atividade ou serviço relativo a processo, ação ou procedimento contencioso, ordinário, ajuizado no Estado, bem assim a atividade de julgamento de impugnação e recurso administrativo fiscal.
- (B) São isentos da Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos – TFS a primeira e segunda vias das cédulas de identidade civil e os certificados de vacinação animal.
- (C) Contribuinte da Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos – TFS é a pessoa física ou jurídica que provoque ou se beneficie do ato, atividade ou serviço que constituem seu fato gerador.
- (D) Os valores da Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos – TFS são definidos em lei ordinária.
- (E) No caso de isenção da Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos – TFS referente às certidões, buscas e consultas de documentos, se destinadas à defesa de direitos de pessoas carentes, exige-se apenas a apresentação de declaração de dois vizinhos informando o estado de pobreza do interessado.

**80**

A Lei 400, de 22.12.97, nas entradas de produtos industrializados na Zona de Livre Comércio de Macapá e Santana, concede benefício fiscal do tipo:

- (A) isenção.
- (B) crédito presumido.
- (C) suspensão.
- (D) redução da base de cálculo.
- (E) remissão.